



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Vol. 19, Número 1, jan-jun, 2026, pág. 730 - 747

Educação e inclusão: uma perspectiva da Abordagem Centrada na Pessoa- ACP.

Education and inclusion: a perspective of the Person-Centered Approach - ACP.

Ernani de Moraes Lima Junior¹

Resumo

O presente trabalho se trata de um estudo bibliográfico crítico que busca apresentar ideias e fazer uma interface sobre o pensamento do psicólogo norte americano, Carl Rogers pertencente ao movimento humanista ou terceira força na psicologia, apresentando as suas ideias sobre a educação de modo a explorar as suas principais contribuições no campo educacional e principalmente o que entendia sobre o que chamava de aprendizagem significativa. Rogers era um crítico ferrenho a modelos educacionais conservadores, então a partir dos seus principais postulados busca-se fazer uma interlocução numa perspectiva do ensino centrado no estudante entendendo a educação como realmente democrática e suas formas de inclusão dos sujeitos nas suas mais variadas formas de se expressar sobre o mundo visto que trazem consigo subjetividades e experiências únicas e particulares. Considerando, portanto, um fíeri teórico com base na abordagem centrada na pessoa esse artigo busca elucidar como Rogers pensava a educação, quais ideias impactam no tido modelo tradicional de ensino e com isso se debruçar/pensar sobre a inclusão dentro desse referencial.

Palavras-chave: Educação, Abordagem centrada na pessoa, Inclusão.

¹ Bacharel em Psicologia. UNILEÃO. Email: ernani.morais66@gmail.com



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Abstract

This work is a critical bibliographical study that seeks to present ideas and make an interface on the thought of the North American psychologist, Carl Rogers belonging to the humanist movement or third force in psychology, presenting their ideas about education in order to explore their main contributions in the educational field and mainly what he understood about what he called meaningful learning. Rogers was an outspoken critic of conservative educational models, then, based on its main postulates, an interlocution is sought from a perspective of student-centered teaching understanding education as truly democratic and its forms of inclusion of subjects in their most varied ways of expressing themselves about the world since bring with them unique and particular subjectivities and experiences. Considering, therefore, a theoretical fieri based on the person-centered approach, this article seeks to elucidate how Rogers thought about education, which ideas impact on the traditional teaching model and with that to look/think about inclusion within this referential.

Keywords: Education, person-centered approach, Inclusion.

INTRODUÇÃO

O sistema educacional enquanto modelo voltado para inclusão passou por mudanças lentas graduais, principalmente devido a pressões de movimentos sociais, políticos e envolvimento de toda a sociedade houveram mudanças educativas no sentido de tornar a educação tida para todos (as), mas nisso se esbarra numa séries de questões que envolvem um ampla gama sujeitos, aspectos estruturais, políticas públicas eficazes, adaptações para atendimento a necessidades específicas e além de tudo a eliminação de comportamentos, posturas e condutas discriminatórias para a aprendizagem.

Trazendo alguns dos marcos históricos que contribuíram para mudanças, entendimentos e reflexões a respeito da inclusão podem ser citadas as resoluções da assembleia geral das nações unidas ONU do ano de 1981 no qual tornou a referida data como, Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, a partir disso temos um marco em se tratando de mundo sobre a política que passa a ser



reconhecida. Com as resoluções da assembleia da ONU diversos movimentos e conferências foram organizados no mundo todo, por conseguinte, como uma delas pode ser citada a conferência mundial de educação especial que resultou na declaração de Salamanca de 1994 que diz respeito as escolas acolherem a todos os tipos de alunos independente de suas condições, apresentado então princípios, políticas e práticas para o ensino regular.

As ideias do psicólogo norte americano Carl Rogers (1902-1987) notoriamente marcado por ser um dos percussores do movimento humanista na psicologia, por fazer uma contraposição aos ideários psicanalistas e behaviorista dominantes na sua época. No seu processo de sistematização de ideias e teorias, Rogers de início tinha interesse especialmente no campo da psicoterapia desenvolvendo diversas pesquisas sobre a temática, com o passar do tempo a partir de sua experiência como psicoterapeuta percebeu que poderia expandir a sua teoria na qual afirmava que sob determinadas condições o indivíduo teria condições de crescer positivamente, então começou a desenvolver suas ideias e aplicações para os mais diversos campos dentre eles os trabalhos com grupo, educação, mediação de conflitos... essencialmente em sua teoria Rogers acreditava na autonomia dos sujeitos e na capacidade de por si próprios poderem se autodirigir, mas para tanto como supracitado eram necessárias algumas condições chamadas por ele de: condições facilitadoras, para se criar um ambiente/espaco para que facilitassem o desenvolvimento de forma integrada o indivíduo.

As condições formuladas por Rogers dizem respeito a atitudes intimamente expressas numa relação sejam elas entre terapeuta-cliente, professor-aluno, pais-filhos...para criação de um clima facilitador, dessa forma apresenta três atitudes facilitadoras do crescimento: ser autentico, compreensão empática e aceitação positiva incondicional. Com base então no que foi citado até aqui a teoria então formulada por ele passa ao longo do tempo por diversas nomenclaturas: não diretiva, terapia centrada no cliente, mas para alcançar uma forma mais abrangente como demandava as teorizações e a ampliação dos campos de atuação foi



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

denominada como é conhecida nos dias atuais como abordagem centrada na pessoa-ACP.

A principal premissa da educação inclusiva é possibilitar o acesso, desenvolvimento e aprendizagem de forma igualitária eliminando barreiras que segreguem ou excluam. Pensar e teorizar sobre a temática geram debates profundos sobre os modelos de educação e adequação que giram em torno de diversos aspectos, até por existirem formas de exclusão tão intrínsecas que são quase imperceptíveis, tanto que profissionais de diversas áreas do conhecimento tem desenvolvido muitas pesquisas sobre a questão, visto que a inclusão é um direito e acima de tudo uma questão cidadã de toda a sociedade.

No que diz respeito a abordagem centrada na pessoa nas produções teóricas desenvolvidas por Rogers a temática da inclusão não foi alvo dos seus estudos e produções, até hoje nos referenciais sobre ACP são encontrados pouquíssimos materiais que discutam sobre a inclusão. Dessa forma apresentar e dialogar sobre as ideias do autor no campo educação, considerando os modelos educacionais vigentes e sua correlação pensada a partir da inclusão abre espaço para mostrar suas contribuições tão importantes para uma educação humanista.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos do presente estudo optou-se por uma revisão crítica de literatura com abordagem qualitativa usando com base de pesquisas de dados as plataformas Google Acadêmico, Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), portal de periódicos (CAPES), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e livros, selecionando então materiais que abordassem a temática estudada seguindo então as fases de pesquisa bibliográfica proposta por Marconi e Lakartos (2003) onde a partir de leituras prévias todo material selecionado foram feitas análises e interpretações do material a ser referenciado. Para adentrar diretamente nos pressupostos e ideais da abordagem centrada na pessoa foram utilizadas matérias produzidos por Carl Rogers, usando assim o que Gil (2002)



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

denomina de obras de referência no qual o referido autor aborda principalmente suas ideias sobre educação, utilizando os livros: Liberdade para aprender; Terapia centrada no cliente; Um jeito de ser; Tornar-se pessoa.

OS MOLDES DA EDUCAÇÃO TRADICIONAL

Ao longo da história tivemos diversas concepções sobre as bases da educação, moldes e modelos aplicados de aprendizagem. No Brasil os primeiros professores foram padres jesuítas vindos da Europa de um regime monárquico religioso, entendido isso, surgiram diversas teorias no campo educacional e que com o passar do tempo foram acontecendo diversas mudanças até por uma demanda e necessidade da sociedade de forma geral, para poder contemplar uma educação democrática e também caminhar no sentido do ensejo da coletividade na busca de cultura e informação.

Segundo Leão (1999) a educação e as teorias que norteiam aspectos seguidos na escola enquanto uma instituição de ensino se confundem com a sua criação, pois, surgem de modo a influenciar diretamente o que se entende por educação formal estando associado ao advento dos sistemas nacionais de ensino em todo o mundo originárias no século XVIII, buscando então essa modalidade de ensino “formal” atender o direito a uma educação de todos e dever do estado, marcando então o início de formulações de políticas essencialmente educacionais e construção de espaços públicos para acesso à educação.

Para se entender melhor do que se trata a educação formal no modelo tradicional de ensino:

Esta modalidade de educação realiza-se nas escolas e nas universidades, sendo por isso designada ainda por educação escolar, é metodicamente organizada seguindo um currículo, regras e leis de âmbito nacional, dividida em disciplinas e classe de conhecimento, é uma modalidade de educação que culmina com a obtenção de certificado de habilitações [15]. Nesta modalidade de educação quem educa é o professor, num ambiente normalizado com regras e padrões



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - e-ISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

comportamentais previamente definidos, com principal preocupação de ensinar conteúdos historicamente sistematizados e normalizados por leis [4], assim, o tipo de aprendizagem que se destaca nesta modalidade é a aprendizagem receptiva, na qual cabe ao professor elaborar e transmitir conhecimento ao aluno. (REGO, 2018, p. 44).

Essa seria então a ideia base do conjunto normativo da educação formal, um espaço então designado para transmissão do conhecimento com centralidade única e específica na figura do professor enquanto detentor do saber. Levando então essa concepção a uma ideia tecnicista de educação, pelo fato de estar preocupada exclusivamente em formar mão de obra para trabalho e muito pouco preocupado em crescimento pessoal.

Tendo como base o supracitado na educação tradicional e na base do ensino formal cabe o professor transmitir o conhecimento e por sua vez os alunos a assimilarem o conteúdo passado. Para Saviani (2012) a escola era um antídoto a marginalidade, pois, sua função era repassar os conteúdos acumulados pela humanidade como forma de equalização social, entretanto uma abordagem tecnicista ainda segue passos piores para educação tradicional, pois deixa de ser centrada no professor, mas passa a simples aplicação de métodos para o processo de ensino e que deve servir a quem aprende entrando assim em uma questão produtivista numa lógica neoliberal.

Apesar dos diversos avanços no campo educacional é notório que muito dos processos educacionais estão enraizadas ideias tradicionais de ensino, tanto por formações quanto pela cultura fincada em um ideal de mercado. Nos moldes tradicionais há sempre uma adaptação a um código universal imutável de crenças que dizem respeito essencialmente a transmissão de conhecimento objetivando que esses sejam dominados.

A INCLUSÃO EM PERSPECTIVA

É de conhecimento amplamente difundido e observável que vivemos em uma sociedade na qual se apresentam diversas formas de ser mundo, cada pessoa com



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

suas formas de se expressar e necessidades diferentes. Acolher a diversidade nas suas especificidades além de um direito como pessoa é uma questão humana e que deve ser tratado em toda sua seriedade.

Entendendo que o tema inclusão é algo bastante amplo e que deve estar presente nos mais diversos espaços, mas especificamente na escola a educação inclusiva precisa necessitar de um movimento constante. Quando pensamos no ensino brasileiro se percebe ainda muitas barreiras a serem superadas, o que para (NETO, et al, 2018, p. 82) “a escola contemporânea foi planejada para atender um determinado perfil de aluno, entretanto, hoje, a demanda é outra: temos estudantes bastante diversificados.” Isso diz respeito essencialmente pela necessidade de mudanças de valores de readequações nos ambientes, estruturas escolares e políticas públicas que atendam às necessidades dos indivíduos.

Para contextualizar é necessário entender que a educação por muito tempo foi privilégio de uma minoria econômica, dessa forma em um período anterior à o século XIX a maioria das pessoas com necessidades excepcionais eram consideradas indignas de estudo, de um modo geral toda e qualquer pessoa com qualquer alteração considerada anormal era completamente rejeitado no convívio social. Já a partir do início do século XIX começou a surgir as primeiras instituições especializadas no tratamento de pessoas com deficiência, onde muito provavelmente segundo estudiosos surgiu a educação especial. Só então a partir do século XX especificamente do ano de 1970, as pessoas com algum tipo de deficiência que eram educadas apenas e tão somente em instituições especiais começaram a ser reinseridas em comunidade e no convívio com todos (as). Blanco (2003).

Posteriormente ao supracitado e como já indicado houveram diversas reivindicações e manifestações que levaram as assembleias gerais da ONU a produzir diversos documentos, tratados foram assinados, políticas públicas foram criadas... justamente para preservar todos os direitos assegurados por lei e também fazer valer o tratado internacional dos direitos humanos.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

A nível de Brasil e com égide o tratado de Salamanca em 1994 é publicado a política nacional de educação especial que orientava acerca da reintegração instrucional, além de outras coisas condiciona o acesso a salas comuns do ensino regular todos aqueles que possuam condições de desenvolver atividades curriculares igualitariamente como os demais tidos como `normais`, buscando então uma homogeneidade da aprendizagem.

Com base, então, no recorrido e apresentando uma ideia do que se entende por educação inclusiva:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2007, p. 8).

Tendo em vista a educação inclusiva tratada até aqui é notório que não se trata somente de readequação de espaços, mas de emancipação de sujeitos tratados de forma excludente dentro e fora da escola. Organizar sistemas educacionais inclusivos é tarefa árdua, pois, na sociedade contemporânea da era da informação mudanças culturais e estruturais estão em complexos processos de movimento.

Vale aqui ressaltar algumas pequenas distinções em conceituações e até nascimento de ideias para se deixar explícito, a educação especial tem origem em uma perspectiva proposta como uma educação para todos (as)



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

independentemente de sua classe socioeconômica, já a educação inclusiva nasceu de movimentos internacionais de pessoas que reivindicavam os seus direitos e participação social, embora feita essa pequena distinção uma é complementar a outra. Lima (2006).

O conglomerado de políticas e ações instituições fortemente marcadas por lutas sociais seriam então suficientes para eliminar todas as barreiras da exclusão? Entramos aqui em um outro aspecto importante de ser debatido e colocado em questão quando pensamos em inclusão.

Inclusão significa aprender a viver com o outro. Não é simplesmente estar “no” mesmo espaço físico. É estar “com” e acolher as pessoas nesse espaço. O pré-requisito é “estar lá” à mesma mesa, na mesma sala de aula ou no local de trabalho. Tragicamente para demasiadas pessoas, a exclusão continua a ser a norma. Elas nem sequer estão “no” mesmo espaço. As portas fecham-se com base na raça, sexo, orientação sexual, classe social ou capacidade. Nestes casos, a batalha consiste em derrubar a porta, passar a soleira e sentar-se à mesa. Contudo, isso não é o fim da tarefa, mas só o primeiro passo (FALVEY, et al, 2011, p. 84).

Mesmo depois de tantas lutas os espaços tidos como inclusivos ainda causam exclusão mesmo em formas sutis seja no tratamento, atitudes, atenção dada, autonomia dos sujeitos... estamos aqui falando de relações de pessoa para pessoa que fortemente ainda marcada pelo racismo estrutural tão enraizado na nossa cultura e sociedade. A participação de crianças, jovens e adultos com necessidades específicas na vida em comunidade não depende somente de políticas sociais de inclusão, mas de um continuo avanço social de pessoas que queiram fazer as coisas em conjunto em profundo respeito a experiência que cada um.

EDUCAÇÃO E A ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA



A abordagem centrada na pessoa- ACP tendo como seu percussor Carl Rogers desenvolveu significativos e marcantes marcos na psicologia de movimento humanista com suas pesquisas no campo da psicoterapia, baseada na hipótese central dos indivíduos poderem lidar construtivamente com situações e adversidades da vida, mas para isso haveria a necessidade da criação de uma atmosfera capaz da liberação dessa capacidade com base então no respeito, compreensão e aceitação. Tendo em vista essas premissas Rogers juntamente com colaboradores começaram a pensar na aplicabilidade da sua teoria em outros campos, nisso começou a vir diversos questionamentos sobre a aplicação dessas hipóteses nos métodos de ensino, poderiam então facilitar o aprendizado na educação? Assim, começou todo o processo de teorização, dedicação e estudo no campo educacional.

Adentrando no cerne dos modelos educacionais Rogers notou que já haviam algumas experiências com bases semelhantes as suas ideias desenvolvidas e que colaborou ainda mais para o seu arcabouço. Como estava importando princípios e atitudes da sua teoria da terapia, para fazer uma diferenciação nesse campo que agora era a educação começou a designar seus construtos como Ensino Centrado do Aluno. Rogers (1975).

Podemos evitar mal-entendidos desnecessários se deixarmos claro, desde já, que uma educação que incorpore os princípios da terapia centrada no cliente tem relevância apenas para um único tipo de meta educacional. A educação não seria relevante numa cultura autoritária, nem tampouco implementaria uma filosofia autoritária. Se a meta da educação é fornecer técnicos bem informados, que aceitem docilmente todas as ordens da autoridade constituída, sem questionamentos, então o método aqui descrito é altamente inadequado, sendo relevante apenas para o tipo de meta genericamente descrita como democrática. (ROGERS, 1951, p. 442).

Nessa perspectiva é notório que não acreditava em uma educação mecanizada pela simples transmissão de conteúdo para criar nos alunos modos eficazes de



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

reprodução de conteúdo e capazes de abstrações intelectuais preexistentes, sua meta era que os alunos pudessem tornar-se pessoa com maior capacidade de tomar de decisões por si próprias como também responsáveis por elas, maior criticidade, que pudessem ter flexibilidade para encarar situações problema e fazer escolhas de forma pertinente e criativa, poder ajudar os outros em suas coletividades, usar da sua experiência e informações adquiridas para ajustar-se diante de adversidades e que tivessem assim pensamentos socializados próprios, pois, essas são as metas bases de uma educação democrática.

Quando apresenta suas ideias e implicações na educação Rogers evidência o ensino tendo com centro o aluno, tornando o professor como sendo um facilitador da aprendizagem, mas para tanto necessita de algumas atitudes por parte deste último. A primeira delas é de o professor ser autêntico ou congruente ser o que realmente não se escondendo atrás de fachadas e títulos, podendo então expressar os seus sentimentos reais nas suas relações com os alunos, a segunda atitude de compreensão e aceitação ou seja o professor ser capaz de aceitar o estudante como ele é e poder compreender os sentimentos que lhes passam, uma terceira atitude é de uma aceitação calorosa que possa compreender de modo positivo incondicional e por último poder estabelecer uma relação de empatia frente as mais diversas reações causadas pelo medo, expectativas, desânimos, dificuldades de estar começando uma matéria nova... terá feito bastante para facilitar a aprendizagem segundo os princípios da ACP. Rogers (1961).

A educação centrada no aluno segue então alguns princípios em relação à o aprendizado do estudante, assim, não se pode ensinar algo diretamente, mas o aprendizado pode ser facilitado. As pessoas aprendem coisas de forma muito mais significativa quando percebem que estas estão relacionadas a seus interesses e tendem para um aperfeiçoamento das suas percepções de autoconhecimento, um conceito de Rogers sobre assimilação e autoconceito é a ideia de *self* que de modo geral seria o autoconhecimento sobre si mesmo baseado nas suas experiências passadas e perspectivas futuras, com isso um ambiente educacional educativo é: “(1)



a ameaça ao self do aprendiz esteja reduzida a um mínimo e (2) seja facilitada a percepção diferenciada do campo de experiência.” Na educação o que se deseja é crescimento e nisso há constantes mudanças, pois, no aprendizado é que os sujeitos se tornam governantes de si mesmo. (ROGERS, 1951, p. 447).

No discorrer dos seus construtos sobre educação Rogers sempre fala em aprendizagem como já por várias vezes citado até aqui, mas não é de qualquer forma ela precisa ser considerável nas experiências dos sujeitos para isso ele então conceituou dois tipos de aprendizagem no qual chamou de acadêmica e significativa, a primeira delas diz respeito a uma forma mecanizada de receber informações para um objetivo obrigatório e que logo se esquece e é deixada completamente de lado, já a aprendizagem significativa:

Tem ela a qualidade de um envolvimento pessoal - a pessoa, como um todo, tanto sob o aspecto sensível quanto sob o aspecto cognitivo, inclui-se no fato da aprendizagem. Ela é auto-iniciada. Mesmo quando o primeiro impulso ou o estímulo vêm de fora, o senso da descoberta, do alcançar, do captar e do compreender vem de dentro. É penetrante. Suscita modificação no comportamento, nas atitudes, talvez mesmo na personalidade do educando. É avaliada pelo educando. Este sabe se está indo ao encontro das suas necessidades, em direção ao que quer saber, se a aprendizagem projeta luz sobre a sombria área de ignorância da qual tem êle experiência. O locus da avaliação, pode-se dizer, reside, afinal, no educando. Significar é a sua essência. Quando se verifica a aprendizagem, o elemento de significação desenvolve-se, para o educando, dentro da sua experiência como um todo. (ROGERS, 1975, p. 5).

Tendo a ideia basilar da autonomia o educando no ensino centrado no aluno compartilha um com os outros as responsabilidades sobre todo o processo de aprendizagem, em um clima no qual possa promover o crescimento e aprendizagem facilitada. Para tanto é necessário se estar seguro de suas relações tanto de

professores como de alunos, pois, acreditar na capacidade uns dos outros é primordial para uma liberdade com responsabilidade e auto direcionada.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Rogers levantou algumas questões e implicações um tanto quanto reversas a o ensino tradicional, propondo a eliminação dos exames como formas de avaliação de aluno acreditando que não fazia justiça ao real desenvolvimento e capacidades do educando, para ele também em um ensino revolucionário não se devia ir em busca de titulações ou um diploma ao final devendo então ser extinguido porque quem quer aprender estar sempre interessado em continuar. Rogers (1961). Chegou a ser mais drástico ainda ao afirmar que o modelo tradicional de ensino desenvolvidos nas escolas tendia a ser prejudicial, pois, influenciava negativamente o pensamento criador. Rogers e Rosemberg (1977).

No modelo humanístico de educação apresentado a partir desse fieri teórico vai ao encontro e impacta diretamente nas relações, para que as tornem formas de facilitação do crescimento pessoal, mas que impactam muito diretamente nas relações de poder e há inversões hierárquicas muito explicitamente o que fogem muito fortemente de padrões rígidos de ensino.

A INCLUSÃO E A ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

A educação inclusiva tendo como princípio acolher a diversidade em suas singularidades e necessidades sejam elas físicas ou intelectuais, passa por uma questão que vale ser mencionada na qual as escolas começaram a ser centradas no diagnóstico, o (a) aluno (a) com necessidades específicas são recebidos (as) e percebidos (as) a partir de uma classificação de manuais nosológicos e partir deles são elaborados cronogramas de atividades e os modos de lidar com determinantes em suas especificações. O supracitado não é uma crítica aos manuais em si, mas as formas com que eles vêm sendo usados limitando e definindo sujeitos.

Nos pressupostos da abordagem centrada na pessoa acreditar nos sujeitos enquanto seres autônomos e com capacidades próprias está na base das suas concepções, dessa forma acreditar nas potencialidades latentes dá um novo rumo

em perspectiva da educação humanista. As condições e atitudes facilitadoras propostas por Rogers quando aplicadas a educação nos apresentam uma nova



política, pois, dizem respeito a relações interpessoais de compreensão dos educandos em suas totalidades sem emitir juízos de valor, tentar manipular de quaisquer formas que sejam o conhecimento, a não imposição de figuras de poder ou amedrontamento... nesse sentido é essencial que mesmo que minimamente os (as) estudantes percebam essas atitudes de valorização. Rogers (1994).

Contrastando o já mencionado em se tratando da inclusão com base em um modelo diagnóstico Rogers e Kinget (1977) discutindo sobre a questão diagnóstica, chegam a afirmar que o diagnóstico é mais prejudicial para as pessoas do que ajudaria pelo fato de impor mesmo que intrinsecamente um sistema limitante de compreensão, então ele de nada serviria. Talvez não se trate de abandonar completamente, mas ser usado de forma na qual contemple o próprio sujeito não sendo assim o prisma para explicação e respostas de tudo.

O pressuposto humanista é o da autonomia e a abordagem centrada na pessoa como prática educacional retifica essa ideia dando protagonismo ao estudante, enquanto sujeitos livres em seus processos de crescimento e nisso se encontra uma ética das relações humanas, pois, enquanto houver relações genuinamente autênticas com possibilidades de afetar e de ser afetado pelo outro em suas experiências se tende a orientar suas vidas de modo positivo em direção ao crescimento, mas não só de si próprio como também da coletividade. AmatuZZi (2012).

Tendo como base nos paradigmas e ideias supracitadas, no campo educacional nesse modelo humanístico em suas acepções a aprendizagem significativa se torna conceito basilar na facilitação do ensino centrado no aluno, pois, fazendo um paralelo com a educação tradicional:

(...) Numa abordagem convencional ocorre uma transmissão de conhecimento baseada em tarefas semelhantes destinadas a todos os estudantes. As palestras correspondem ao único modo de instrução e os estudantes são externamente

avaliados por testes padronizados, o que torna improvável uma aprendizagem significativa. (AMATTO E ALVES, 2016, p. 233).



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Deste modo pensar a inclusão em acordo com essa perspectiva para aprendizagem demanda compreender cada pessoa em sua integralidade e necessidades, entendendo que vai haver diferentes movimentos em busca de crescimento para com cada pessoa o que é primordial a transmissão de aceitação além de outros aspectos para um clima de facilitador. Para Rogers (1951) em sua teoria da personalidade e comportamento compreende que cada indivíduo existe no mundo de experiências em mudanças constantes no qual ele próprio é centro, deste modo o experientista simboliza a realidade como a percebe. No campo educacional em sua diversidade acolher as “realidades” é uma necessidade diante de tantos modos de estar no mundo, para caminho de uma educação democrática e inclusiva.

Uma última questão a ser levantada é a dimensão do poder implicitamente pertencente ao ensino centrado no aluno, por apresentar controvérsias em relação o ensino tradicional pelo fato de acreditar na autonomia e responsabilidades do aluno já que este é o centro, assim o professor acaba se deparando com uma situação ameaçadora que é a transferência do poder o que pode se defrontar em uma situação aterrorizante tanto para ele como para modelos educacionais ortodoxos, mas que é necessário abrir mão para ser facilitador da aprendizagem. Rogers (1987). Nisto entramos em uma política do poder que diz respeito sobre como as decisões são tomadas, quem pode tomá-las e principalmente quais os efeitos concretos das ações e atitudes sobre a pessoa e o sistema, nesse sentido a emancipação e participação dos educando nas suas mais diversas singularidades e necessidades é fundamental, pois, pensar a inclusão tem de haver participação e que vai para muito além da educação dentro e fora da escola por encarar isso como algo multifatorial e interseccional, para o qual o sistema educacional não dar conta sozinho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - e-ISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Destarte, apresentar as ideias e contribuições de Carl Rogers no campo na educação temos de levar em consideração algumas coisas, pois, estamos falando de um autor que discorreu sobre o tema ainda no século passado que se apresentava paradigmas, necessidades e desafios diferentes além de que deve ser considerado também que sempre mencionava uma realidade norte americana de ensino, o que há diferenciações vindo por uma realidade brasileira, mas mesmo com isso se mostra bastante atual quando pensamos sobre educação.

Quando destacamos a linha teórica por uma educação humanista com base na abordagem centrada pessoa e interlaçar os seus princípios em perspectiva com a educação inclusiva, estamos falando essencialmente nas interações dialógicas estabelecidas entre educador e educando em frente a uma postura de atitudes que levem a uma aprendizagem facilitada. Ainda mais que isso pensar modelos educacionais que busquem atender a todos (as) em suas necessidades é um grande desafio, pois, envolve uma ampla gama mobilizações de sujeitos que vão desde a formação e consolidação de políticas públicas de estado até a própria pessoa em suas necessidades.

Pesquisando sobre a ACP e a temática da inclusão é visto que se encontram pouquíssimos trabalhos sobre, como até já explicitado Carl Rogers e seus colaboradores não desenvolvem nenhuma ideia específica de formas como compreender a inclusão. A educação humanística em um perspectiva rogeriana se apresenta como bastante crítica a modelos tradicionais de ensino, ele próprio se denominou como um revolucionário pacífico e nisso sempre percebia mesmo que implicitamente as formas excludentes de ensino, nesse intuito de acreditar nas potencialidades das pessoas se autodirigir de percebe o outro na sua experiência, sem preconceitos e não se escondendo atrás de fachadas, torna a abordagem com um potencial enorme para acolher e acompanhar o educando nas suas necessidades.

REFÊRENCIAS



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Amatto, L. L. & Alves, V. L. P. (2016) Uma reflexão a respeito da educação inclusiva e medicalização da infância a partir das ideias de Carl Rogers sobre educação. **Memorandum**, v. 30, n. 1, p. 224-242, março.

Amatuzzi, M. M. (2012) **Rogers - ética humanista e psicoterapia**. Alínea.

Blanco, R. (2003) **Aprendendo na diversidade**. Implicações educativas.

Brasil, Ministério da Educação. (2007) **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. SEESP/MEC.

Declaração de Salamanca. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, ES: Unesco, 1994.

Falvey, M. A. *et al.* (2011) **Toda a minha vida é um círculo**. ASSOL.

Gil, A. C. (2003) **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. Atlas.

LEÃO, D. M. M. Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista. **Cadernos de pesquisas**, v. 1, n. 107, p. 187-206, julho, 1999.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MARCONI, N. A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NETO, A. O. S. *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista educação especial**. Santa Maria- RS, v. 31, n. 60, p. 81-92, março, 2018.

REGO, A. M. X. Educação: concepções e modalidades. **Scientia cum industria**, v. 6, n. 1, p. 38-47, fevereiro, 2018.

ROGERS, C. R. As condições necessárias e suficientes para a mudança terapêutica de personalidade. In: WOOD, J. K. *et al.* **Abordagem centrada na pessoa**. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1994.

ROGERS, C. R.; KINGET, G. M. **Psicoterapia e Relações Humanas**. Belo Horizonte: Interlivros, vol. 2, 1977.

ROGERS, C. R. **Liberdade para aprender**. Belo Horizonte: Interlivros, 1975.

ROGERS, C. R.; ROSEMBERG, R. L. **A pessoa como centro**. São Paulo: EPU, 1977.

ROGERS, C. R. **Terapia centrada no cliente**. Belo Horizonte: Interlivros, 1951.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

ROGERS, C. R. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1961.

ROGERS, C. R. **Um jeito de ser**. São Paulo: EPU, 1987.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: polemicas do nosso tempo. Campinas- SP:
Autores associados, 2012.

Submetido: 25/11/2025

Aprovado: 28/12/2025

Publicado: 01/01/20126

Autor:

Ernani de Moraes Lima Junior

Bacharel em Psicologia. UNILEÃO Endereço: Av. Maria Letícia Leite Pereira s/n,
Lagoa Seca -Cidade Universitária, Juazeiro do Norte -CE, 63040-405 Email:
ernani.morais66@gmail.com